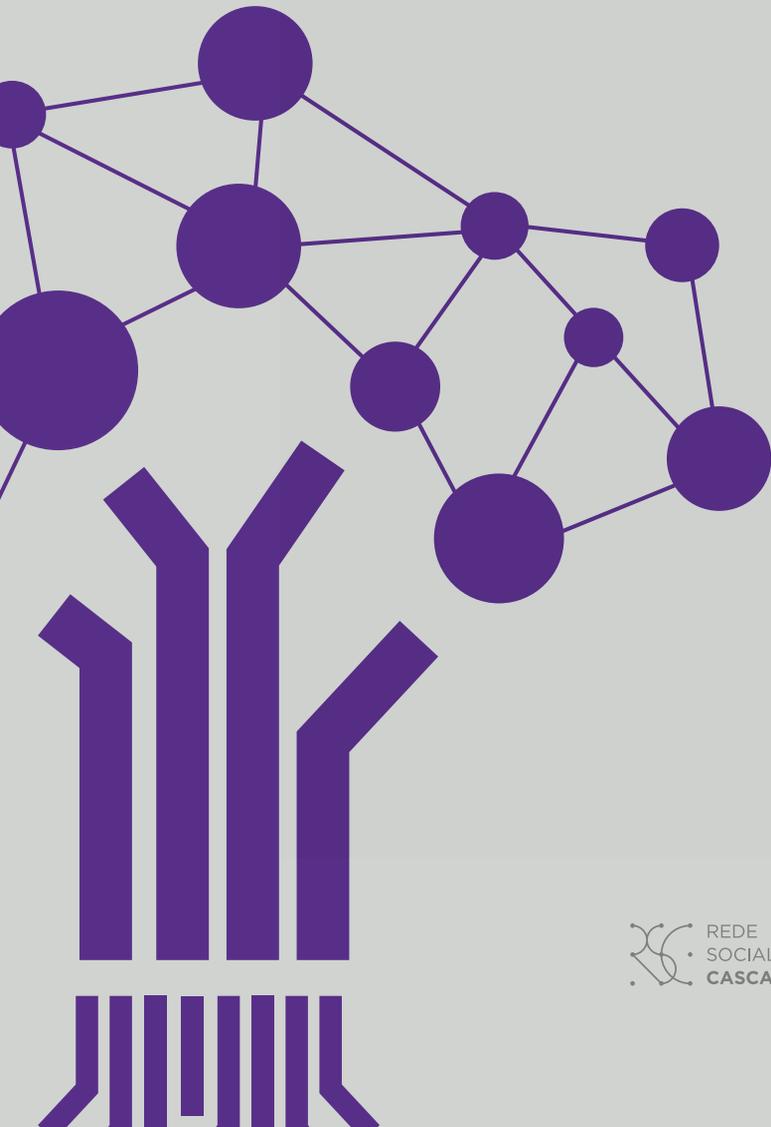


DIAGNÓSTICO SOCIAL | CASCAIS ABORDAGEM CONCEPTUAL E METODOLÓGICA



DIAGNÓSTICO
SOCIAL | CASCAIS
ABORDAGEM CONCEPTUAL
E METODOLÓGICA

Ficha Técnica

Título

Abordagem Concetual e Metodológica do Diagnóstico Social de Cascais

Autoria

Câmara Municipal de Cascais - Filipa Pereira e Teresa Ramos

Design Gráfico

Implica Designers

Data de Publicação

Novembro de 2018

Nota

A presente publicação visa sistematizar o modelo concetual de base ao Diagnóstico Social de Cascais e a metodologia utilizada em cada um dos estudos que o compõem. Os conteúdos baseiam-se nos relatórios produzidos pelo CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, tendo sido adaptados pela Câmara Municipal de Cascais.

Índice

	INTRODUÇÃO	7
I.	A REDE SOCIAL	9
II.	O MODELO CONCETUAL SUBJACENTE AO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS	11
	A. O conceito de Coesão Social	11
	B. A análise da Coesão Social	14
III.	A METODOLOGIA DOS ESTUDOS QUE COMPÕEM O DIAGNÓSTICO SOCIAL DE CASCAIS	21
	A. Estudo sobre a situação social do concelho de Cascais	23
	B. Carta Social	30
	C. Análise da rede de atores	33
	D. Estudo das perceções dos munícipes sobre bem-estar - Metodologia SPIRAL	37
IV.	ANEXOS	45
	A. Anexo 1	46
	B. Anexo 2	49

Introdução

O Diagnóstico Social de Cascais (DSC) adotou o quadro de análise e o processo metodológico de avaliação da coesão social, desenvolvido no documento *“Concerted development of social cohesion indicators - methodological guide”*, e foi produzido a partir de quatro estudos.

Pretende-se que o DSC seja um instrumento de conhecimento público e útil para a ação dos atores que interferem e atuam na construção da coesão social em Cascais.

A partir dos estudos realizados no DSC foram produzidos documentos que organizam e sistematizam os dados:

- Em **“Diagnóstico Social de Cascais I Abordagem Metodológica e Concetual”** apresenta-se o referencial concetual que estruturou o desenho metodológico do DSC.
- No documento **“Diagnóstico Social de Cascais | Pessoas”** apresentam-se os dados dos estudos numa perspetiva das condições de vida dos munícipes, das suas aspirações e representações sociais.
- Em **“Diagnóstico Social de Cascais | Organizações e Rede Social”** apresentam-se os dados dos estudos focados nos atores sociais que respondem às necessidades e aspirações das pessoas ao nível do bem-estar em Cascais.

Ao longo do presente documento poderá ter uma maior compreensão do Modelo de Coesão Social do Conselho de Europa, conhecer a abordagem metodológica adotada nos quatro estudos realizados, e as metodologias de recolha de informação e produção de reflexão coletiva, traduzidas na participação de 1700 munícipes, 80 profissionais, 200 organizações e 14 eleitos locais.

I. Rede Social

A Rede Social de Cascais é uma estrutura de governança local que integra cerca de 100 organizações do concelho com intervenção na área social e da saúde e que tem como principal propósito promover a inclusão e coesão social e territorial.

No seu funcionamento, a Rede Social é composta pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), pelas 4 Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e por 17 sub-redes de parceria/consórcios em áreas tão diversas como a saúde, o envelhecimento, os sem-abrigo, a privação material, a deficiência, etc. Cada uma destas estruturas tem órgãos executivos e deliberativos, compostos por várias organizações (públicas e privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos).

No âmbito de atuação destas várias estruturas são construídos e implementados, numa lógica de responsabilidade partilhada, programas, projetos e/ou serviços que visam responder a problemas e necessidades concretas existentes no concelho de Cascais.

Enquadrada pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de Junho e presidida pela Câmara Municipal de Cascais, compete à Rede Social realizar diagnósticos sociais e, de quatro em quatro anos, elaborar Planos de Desenvolvimento Social que articulem e otimizem as respostas existentes e impulsionem novas dinâmicas de intervenção capazes de responder aos desafios que se colocam em cada momento.

O presente Diagnóstico Social de Cascais (DSC), produzido com o apoio do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDRU), atualiza o diagnóstico realizado em 2004, e irá fundamentar o próximo Plano de Desenvolvimento Social.

II.

O MODELO CONCETUAL

A. O Conceito de Coesão Social

Desde a segunda metade do século XIX que tem sido desenvolvida intensa pesquisa teórica e empírica sobre a coesão social e este conceito tem vindo a evoluir como resultado de novas perspetivas teóricas que se foram adicionando e também, resultado da evolução das sociedades, mormente das europeias, das suas mudanças e da emergência de novos desafios e necessidades de resposta política.

Partindo-se de uma abordagem centrada apenas nos efeitos negativos visíveis da ausência de coesão social (desemprego, exclusão, pobreza, criminalidade, conflitos, etc.), através da mobilização de medidas de inclusão, passou-se para as abordagens ditas “positivas”, que começaram também a ter em conta os efeitos positivos visíveis, como a igualdade de oportunidades no acesso ao rendimento, ao emprego, ou aos direitos básicos, etc. Posteriormente, determinadas componentes “invisíveis”, como os valores compartilhados, a confiança e outros aspetos intangíveis, passaram a ser igualmente considerados, numa ótica integrada como no caso de determinadas abordagens ao capital social.

O reconhecimento, por um lado, da importância dos papéis desempenhados pelos vários atores para assegurar a coesão social e, por outro, das possíveis interações que se estabelecem entre as diversas componentes de análise/ação, originou um novo salto nas abordagens estratégicas, que passaram a considerar a dinâmica dos processos de transformação e as relações de imbricação que se estabelecem entre os fatores-chave.

CEDRU (2018), Diagnóstico Social de Cascais, Lote 3 Análise da Rede de Atores: Organizações, Funcionamento e Contributos.

Finalmente, atendendo ao surgimento de novos modelos de governança, envolvendo um amplo leque de atores alinhados de forma corresponsável com objetivos comuns, deu-se um novo passo na construção das abordagens estratégicas à coesão social, que passaram a promover alinhamentos intersectoriais dos atores partindo da responsabilização conjunta na implementação de abordagens integradas dinâmicas.

As inúmeras revisões estratégicas sobre a coesão social que têm sido produzidas no quadro da UE e do Conselho da Europa, nas primeiras duas décadas deste século, são o reflexo desta dinâmica e da necessidade de ajustar as prioridades políticas aos novos fenómenos e desafios de âmbito social, económico e ambiental.

O aumento significativo dos fluxos migratórios no espaço europeu nas últimas décadas é um desses desafios, tendo originado não só uma maior diversidade étnica e cultural da população, mas também o agravamento das disparidades no acesso ao mercado de trabalho, aos serviços públicos ou aos mecanismos de proteção social. Da mesma forma, o aumento significativo da esperança média de vida alargou expressivamente o peso dos idosos nas sociedades europeias, justificando uma redobrada atenção para com as suas expectativas e fragilidades específicas.

Por outro lado, a crescente consciência coletiva para a prevalência de situações de discriminação ou de falhas na garantia da igualdade de oportunidades tem mobilizado as sociedades e os Estados a reforçarem os mecanismos promotores do cumprimento universal de direitos, liberdades e garantias previstos nas normas constitucionais. A igualdade de género, a criação de condições de participação efetiva na sociedade por parte dos indivíduos portadores de deficiência ou o imperativo da proteção social de crianças e jovens, são algumas das faces desta preocupação política transversal, indispensável para alcançar objetivos de coesão e bem-estar.

A evolução deste contexto tem sido acompanhada por mudanças significativas no mapa de atores envolvidos e na sua capacidade de atuação. A tendência de privatização na provisão de serviços sociais de interesse geral, desde meados dos anos 80, não só alterou o papel do Estado neste domínio – que passou a ser menos executor e mais regulador –, como impulsionou o surgimento de um amplo e diverso leque de novos atores, com diferentes motivações e a exigirem novos

modelos de governança que promovam a concertação e a coresponsabilização.

Esta trajetória de gradativo enfraquecimento do setor público como executor de políticas sociais agravou-se significativamente na última década. Em resultado das limitações orçamentais que afetaram a generalidade dos Estados europeus, deu-se uma redução muito expressiva dos meios financeiros e humanos disponíveis, tanto para a atuação direta, como para apoio a organizações sem fins lucrativos. Este enfraquecimento da capacidade de atuação é ainda mais preocupante quando ocorreu em paralelo com a maior crise social e económica das últimas décadas, que não só teve impactes muito severos no mercado de trabalho, como agravou a pobreza e a exclusão social, originando uma maior polarização e degradação geral das condições de vida.

Acresce a este contexto de desafios um outro conjunto emergente de tendências e de fenómenos, potenciadores de desequilíbrio e geradores de novas necessidades de resposta estratégica à coesão social, como por exemplo: (i) a crescente volatilidade, incerteza e imbricação dos contextos internacionais; (ii) o aumento da complexidade dos fenómenos sociais; (iii) a emergência de eventos ambientais disruptivos de escala global; (iv) as mudanças tecnológicas, paradoxalmente potenciadoras de inclusão e exclusão; (v) o empoderamento, pulverização e desregulação das formas de comunicação e informação; (vi) a perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (e.g., família e classe social).

O conceito de coesão social, na base do desenvolvimento metodológico da globalidade do Diagnóstico Social de Cascais, assenta nos estudos e definições produzidas pelo Conselho da Europa, especialmente pela “Estratégia para a Coesão Social Revista” (2004) que, ancorada na evolução das abordagens estratégicas e nas profundas transformações em curso nas sociedades europeias, estabeleceu que:

(i) A coesão social define-se como a capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando disparidades e evitando a polarização;

(ii) A coesão social inclui quatro aspetos do bem-estar: equidade no acesso aos direitos, dignidade e reconhecimento de cada pessoa, autonomia e realização pessoal e a possibilidade de participar como membro pleno da sociedade;

(iii) Cabe às várias partes interessadas na sociedade a responsabilidade de assegurar o bem-estar de todos, tendo como base o conceito de responsabilidade partilhada.

Esta definição encontra-se alinhada com o imperativo de, no quadro da prossecução do desenvolvimento social em Cascais no século XXI, ser indispensável promover abordagens integradas que considerem os efeitos visíveis e invisíveis da coesão social, que atendam às dinâmicas de interação entre todos os fatores e que promovam e valorizem a partilha de responsabilidades, nomeadamente entre os membros da Rede Social, com vista a promover o bem-estar de todos.

B. A ANÁLISE DA COESÃO SOCIAL

Tendo por base o conceito de referência para a coesão social, o Conselho da Europa propôs, em 2005, um quadro de análise e um processo metodológico de avaliação da coesão social, desenvolvido no documento “Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide”.

A proposta metodológica avançada por este modelo, que visa medir o que foi alcançado ao nível da coesão social e os avanços (ou falta deles) em diversas áreas e face a vários grupos da população, foi adaptado pela Rede Social ao contexto municipal, aos recursos disponíveis para a realização do DSC e aos objetivos (esfera de ação) da Rede Social.

Dimensões de Análise da Coesão Social

Entendendo a coesão social como a *“capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada”*, o modelo identifica três dimensões chave para avaliar a situação dos indivíduos e das comunidades, bem como os objetivos políticos correspondentes:

1. O bem-estar dos indivíduos e dos grupos (qualidade de vida)

Nesta dimensão deverá analisar-se a situação das pessoas e das comunidades, tendo em conta quatro aspetos fundamentais:

- **Equidade no exercício de direitos**, sem a qual o sistema jurídico como um todo perderia a sua legitimidade e, portanto, seria incapaz de acomodar sociedades plurais de forma duradoura;
- **Dignidade e reconhecimento**, ou respeito pelos indivíduos como seres humanos, com a sua existência autónoma e formas particulares de expressão, sem a qual as sociedades de direito modernas não poderiam ser vistas como pluralistas e abertas;
- **Autonomia e desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional**, ou seja, todas as condições que permitam a cada indivíduo concretizar a sua vida e fazer as suas escolhas, sem as quais não poderia haver processo de realização pessoal;
- **Participação e compromisso**, sem o qual não poderia haver influência individual e coletiva sobre as escolhas sociais, e, por conseguinte, a sociedade perderia o seu dinamismo e a sua capacidade de renovação.

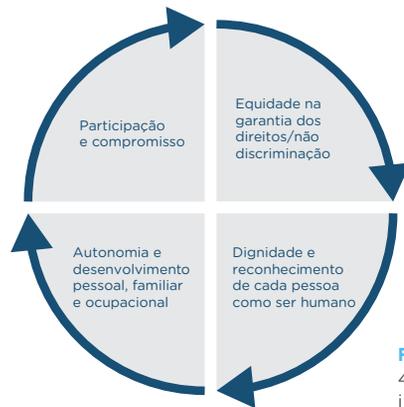


Figura 1:
4 elementos de bem-estar individual e coletivo

2. Os atores e as suas ações

Nesta dimensão deverá analisar-se a atuação dos diversos atores (organizações públicas e privadas, empresas, famílias, etc.) e os seus contributos diferenciados (positivos ou negativos) para o interesse geral e para a coesão social.

A análise da atuação dos atores assenta em pressupostos de coesão social e de funcionamento de sociedades democráticas, nomeadamente:

- Existência de objetivos comuns de bem-estar de todos, que está na base dos direitos humanos, e objetivos de desenvolvimento sustentável que incorpora o bem-estar das gerações futuras;
- Aceitação da ideia de responsabilidade partilhada, refletida no conceito de cidadania e no conceito relacionado de abordagem associativa;
- Reforço da capacidade de deliberação e tomada de decisão conjunta, que se relaciona com a democracia e que pode ser denominada de “competências democráticas”;
- Orientação da capacidade produtiva para o bem-estar (ligação estreita entre desenvolvimento económico e coesão social).

3. Fatores intangíveis

Os fatores intangíveis são considerados “ingredientes básicos da vida”, também chamados de “componentes invisíveis”, ou seja, os laços sociais, as relações de confiança, os valores, as emoções, os conhecimentos básicos compartilhados, etc., que sustentam a vida em comunidade.

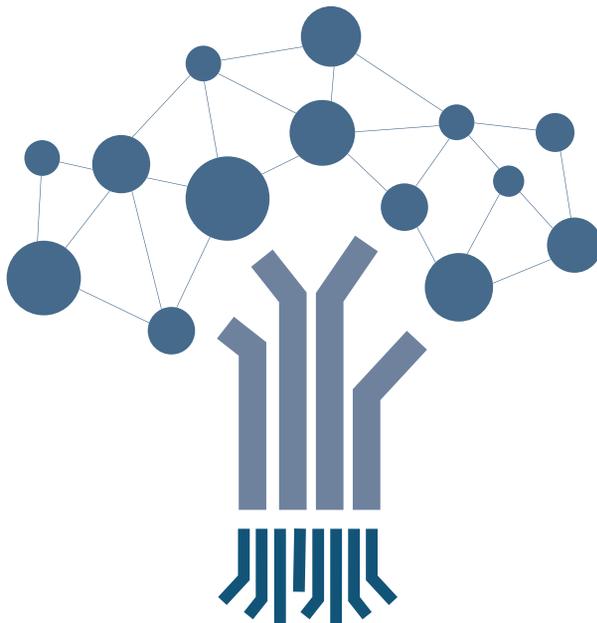
A análise desta dimensão deverá englobar questões como:

- A capacidade de desenvolver laços para além dos laços tradicionais (com base na família, na comunidade, na identidade, etc.) ou ligações sistémicas (ligados às atividades económicas ou institucionais) – para desenvolver “pontes” entre grupos que coexistem separadamente, ou pior, numa atmosfera de desconfiança e conflito; estes laços intersectoriais têm um papel fundamental nas competências democráticas, especialmente em relação ao diálogo intercultural;
- Todas as formas de confiança (em si mesmo, entre os indivíduos, nas instituições democráticas, no futuro da sociedade como um todo, etc.);
- O contributo do conhecimento partilhado para um sentimento de pertença, baseado nos direitos, e para uma identidade pós-tradicional capaz de ligar a sensibilidade à diferença com a interdependência responsável;

- Os valores cívicos, que orientam o comportamento social e seu desenvolvimento, tal como o sentimento de justiça e de bem comum, solidariedade e responsabilidade social, tolerância e respeito pela diferença;
- Os sentimentos de satisfação resultantes de uma vida autónoma e digna através da assimilação de valores cívicos, em oposição a sentimentos de frustração, ressentimento, ódio, etc.

A forma mais adequada para espelhar este quadro concetual, a interação entre as várias dimensões-chave e entre estas e os objetivos estratégicos da coesão social, é através de uma árvore, em que (i) as raízes correspondem aos fatores intangíveis; (ii) o tronco e os ramos representam os atores e suas ações, num contexto de responsabilidade compartilhada para o bem-estar de todos; (iii) e, por último, a copa, a parte mais visível, é a manifestação do estado geral de uma comunidade, representando o bem-estar como uma condição de vida estável para as pessoas, onde objetivos de equidade, dignidade, autonomia e participação se concretizam.

Figura 2: Árvore da Coesão Social



Bem-estar dos cidadãos

4 dimensões de bem-estar:

Equidade no exercício dos direitos e não discriminação

Dignidade e reconhecimento

Autonomia e desenvolvimento pessoal

Participação e comprometimento cívico



Responsabilidade partilhada entre os vários atores

Organizações públicas, setor privado, associações, famílias, cidadãos



Componentes Imateriais

Valores, níveis de confiança, satisfação, partilha de conhecimento, sentimento de pertença, laços sociais, expectativas

Níveis de Análise da Coesão Social

Atendendo ao quadro de referência adotado e com vista à prossecução da metodologia proposta pelo Conselho da Europa, o Diagnóstico Social de Cascais desenvolve um modelo de análise que intercepta e articula as várias dimensões da análise da coesão social, assumindo dois atributos metodológicos fundamentais – leitura multinível e abordagem pluridimensional.

A leitura multinível permite uma aproximação à coesão social a partir dos aspetos mais gerais e de contexto global mas que interferem com a realidade local, até chegar às situações específicas de âmbito localizado.

Esta aproximação é feita a partir de quatro níveis de análise:

Níveis de análise da coesão social			
1. Tendências Gerais	2. Coesão Social como um todo	3. Áreas de vida	4. Grupos vulneráveis

1. Tendências gerais na coesão social

Neste nível pretende-se verificar se as tendências de coesão social são positivas ou negativas, identificando pontos fortes e fracos, bem como os principais desafios e constrangimentos que a envolvente macro coloca à coesão social da comunidade residente e trabalhadora no concelho de Cascais. Este nível deverá servir como um “sinal de alarme” para identificar a ação prioritária requerida.

2. Coesão social como um todo

Neste nível pretende-se aferir a capacidade de resposta da sociedade aos desafios atuais e futuros da coesão social. Para tal, é analisada a atuação (e respetiva eficácia) dos *stakeholders*, identificando limitações e abordagens estratégicas comuns num contexto de responsabilidade partilhada. Consideram-se *stakeholders* todos os indivíduos e grupos de indivíduos (organizados formal ou informalmente).

Neste nível propõe-se ainda analisar os diversos tipos de ação pública e o seu contributo 4 dimensões de bem-estar dos cidadãos:

- Equidade no acesso aos direitos/recursos e não discriminação
- Dignidade e reconhecimento da diversidade
- Autonomia e desenvolvimento pessoal
- Participação e comprometimento

3. Coesão social por áreas de vida

Este nível visa compreender de que forma a coesão social se manifesta em determinadas áreas de vida que, por sua vez, sustentam o sistema de direitos que devem ser garantidos pela ação pública e que são pilares fundamentais para a coesão social:

- Rendimento e Poder de Compra
- Emprego e Ocupação
- Informação e Comunicação
- Cultura e Lazer
- Educação
- Saúde e Proteção Social
- Alimentação e Consumo
- Habitação e Meio Envolverte

A análise de cada uma destas áreas específicas deverá ter em conta também o seu contributo para as quatro dimensões de bem-estar dos cidadãos anteriormente enunciadas (equidade, dignidade, autonomia e participação).

4. Coesão social por grupos vulneráveis

Neste nível, pretende-se compreender de uma forma mais fina de que forma a coesão social se manifesta em determinados grupos da população, historicamente mais vulneráveis no acesso aos direitos e no exercício pleno da sua cidadania:

- Migrantes e minorias¹
- Crianças²
- Pessoas Idosas
- Pessoas com deficiência
- Mulheres

¹ No âmbito do Diagnóstico Social de Cascais foram considerados os imigrantes.

² No âmbito do Diagnóstico Social de Cascais foram consideradas as crianças e os jovens.

Também neste quarto nível a análise deverá estruturar-se em torno das quatro dimensões de bem-estar dos cidadãos anteriormente enunciadas (equidade, dignidade, autonomia e participação).

III.

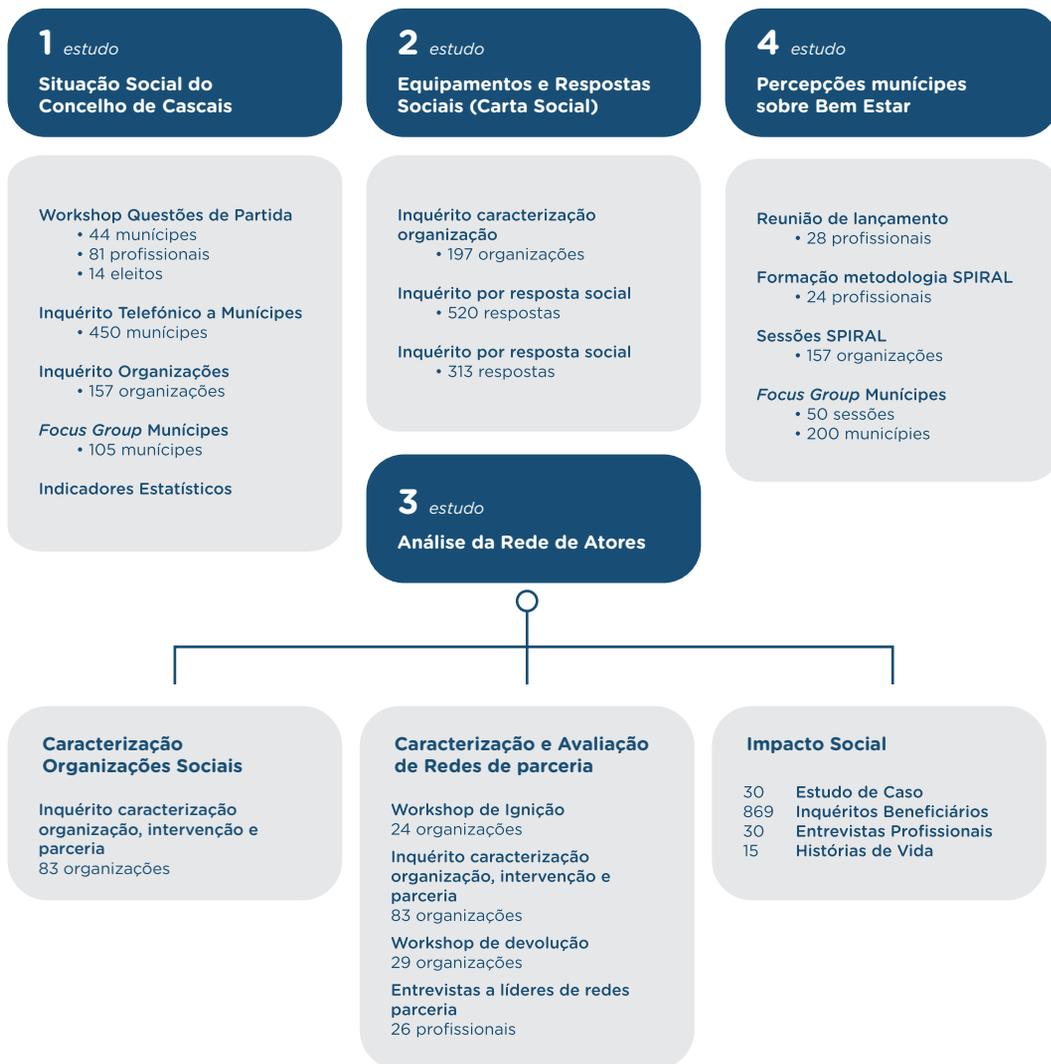
A METODOLOGIA

O Diagnóstico Social de Cascais foi desenvolvido através de 4 estudos que visaram obter informação e produzir conhecimento nas diferentes componentes protagonizadas pelo modelo de coesão social anteriormente apresentado:

- Caracterização atualizada da situação social do concelho de Cascais (tendências de evolução das principais problemáticas sociais);
- Atualização da Carta Social, taxas de cobertura das respostas sociais e caracterização das organizações do terceiro sector;
- Análise da Rede de Atores: organização, funcionamento e contributos;
- Estudo das perceções dos munícipes sobre bem-estar.

Todos os estudos foram co-produzidos pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) e pela equipa técnica do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social(DHS) da Câmara Municipal de Cascais.

Na elaboração dos quatro estudos recorreu-se a uma multiplicidade e diversidade de fontes e técnicas de recolha de informação, integrando análises quantitativas e qualitativas: indicadores estatísticos dos últimos 10 anos, inquéritos telefónicos aos munícipes de Cascais, inquéritos às organizações e empresas com atuação no setor social, inquéritos às organizações da Rede Social, inquéritos aos munícipes que beneficiam de respostas e intervenções sociais, focus group com profissionais e munícipes, sessões SPIRAL com munícipes, estudos de caso, histórias de vida, workshops de reflexão e entrevistas a profissionais da Rede Social.

Figura 3: Desenho Metodológico do Diagnóstico Social de Cascais

Para além da riqueza do processo de recolha de informação, o DSC também se destacou pela capacidade que teve de convocar uma diversidade de atores: eleitos políticos, empresários, profissional, munícipes e beneficiários de intervenções sociais expressa na participação de cerca de 1700 munícipes, 80 profissionais, 14 eleitos locais e 200 organizações.

Após a realização destes estudos, está prevista a realização do diagnóstico diagnóstico prospetivo que, através da meta-análise da informação existente nos quatro estudos, produzirá conhecimento integrado do que são as principais tendências e desafios e existentes no concelho de Cascais ao nível da coesão social.

Apresentamos de seguida cada um dos quatro estudos, dando conta do processo metodológico e do envolvimento dos diferentes participantes nas diferentes etapas do DSC.

A. Estudo sobre a situação social do concelho de Cascais

Este primeiro estudo incide essencialmente na “copa” da árvore, ou seja, a situação das pessoas e a forma como se materializam as componentes de bem-estar em Cascais, procurando também analisar dimensões imateriais situadas na “raiz” da árvore e de forma mais pontual alguns elementos do “tronco” como por exemplo, o papel das famílias na coesão social.

Os resultados deste estudo, ilustrados na publicação “PESSOAS”, resultam de uma diversidade de fontes e de técnicas de recolha de informação.

A definição das perguntas de partida

Sendo este o primeiro estudo do DSC, o processo teve início com a definição das perguntas de partida.

Tendo em conta que a escolha da informação a recolher resulta de um determinado entendimento (partilhado) de coesão social e vai moldar a intervenção futura (conjunta), a própria definição das perguntas de partida foi entendida como um processo de concertação entre todos os atores (negociação de interesses) e de mobilização de (novos) atores (responsabilidade partilhada) em torno do conceito de “coesão social”. Promoveu-se assim uma reflexão conjunta sobre o significado de “coesão social” em Cascais e que informação deveria ser recolhida para a medir.

Esta reflexão foi desenvolvida em 4 sessões:

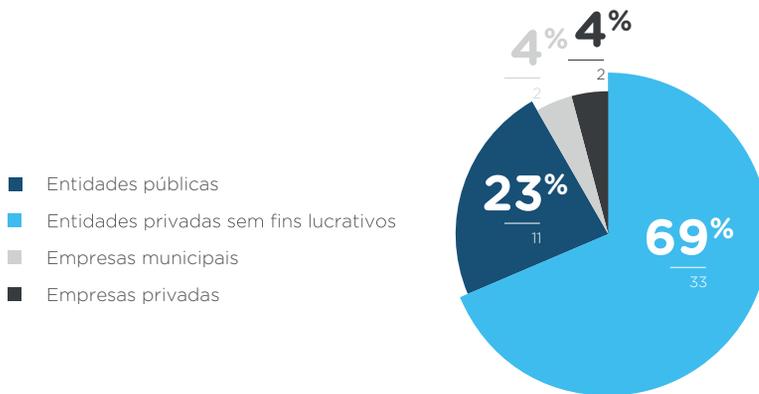
- a. Uma sessão com 14 eleitos locais:

	Junta Freguesia	Executivo da Câmara	Assembleia Municipal
	1	2	1
	2	1	
	1	1	1
		1	
			1
		1	1

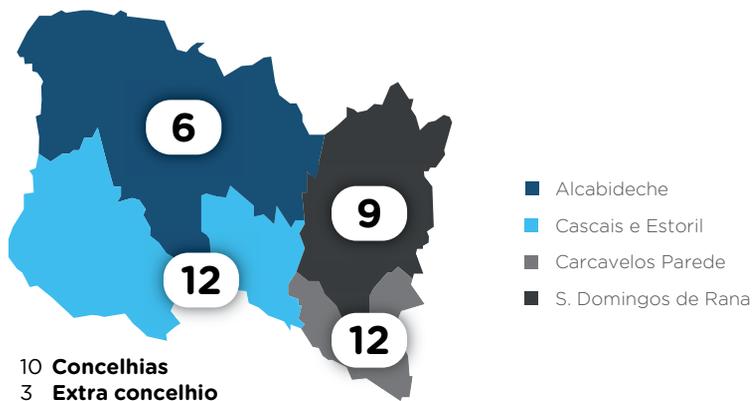
- b. Uma sessão com 32 técnicos/as do departamento de Habitação e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Cascais
- c. Uma sessão com 81 profissionais de 48 organizações locais (das quais 38 pertencentes à Rede Social de Cascais) na sua maioria, sem fins lucrativos.



Natureza das organizações que participaram na definição das perguntas de partida (N e %)



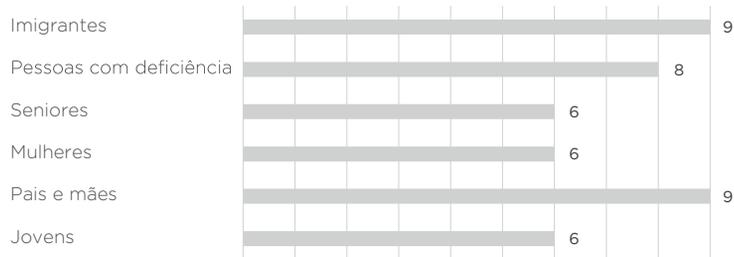
Cobertura territorial das organizações que participaram na definição das perguntas de partida



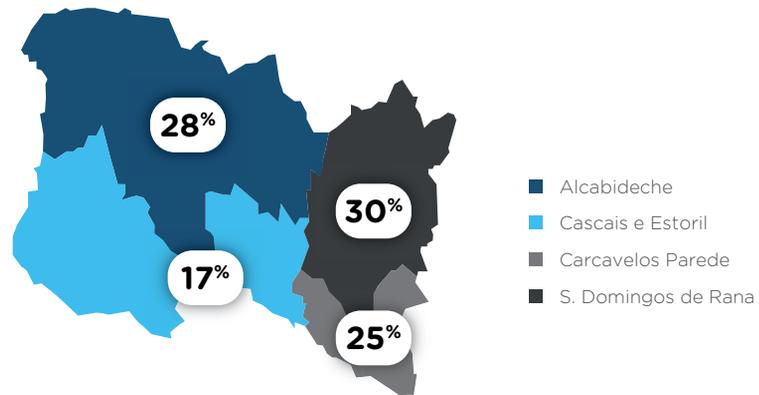
- d. Uma sessão com 44 munícipes (24 mulheres e 20 homens), cujas características ilustram os vários grupos populacionais propostos pelo modelo da coesão.



Municípios que participaram na definição das perguntas de partida (N)



Freguesias de residência dos municípios que participaram na definição das perguntas de partida



Das diversas sessões realizadas, em que participaram 14 eleitos locais, 113 profissionais das organizações locais e 44 municípios, num total de 171 pessoas, foram formuladas 790 perguntas de partida que, após análise por parte do CEDRU e do Núcleo Executivo da Rede Social, resultaram em **126 questões** que orientaram o desenvolvimento deste estudo sobre a situação social no Concelho de Cascais.

³ O segundo nível de análise que diz respeito aos atores e à sua atuação foi alvo de desenvolvimento noutros estudos do DSC.

Seguindo o modelo da coesão social, estas perguntas distribuem-se por três dos quatro níveis de análise³:

- Nível 1 – Tendências Gerais de Coesão Social;
- Nível 3 – Áreas de Vida: rendimento e poder de compra; emprego e ocupação; informação e comunicação; cultura e lazer; educação; saúde e proteção social; alimentação e consumo; habitação e Meio Envoltente;
- Nível 4 – Grupos vulneráveis: imigrantes; crianças e jovens; pessoas idosas; pessoas com deficiência; mulheres.

Para cada um destes níveis, as perguntas de partida visam também responder às 4 dimensões de bem-estar: equidade, dignidade, autonomia e participação, bem como a dimensões imateriais que sustentam a vida em sociedade (ex. laços sociais, confiança, sentimentos, etc.).

As técnicas de recolha de informação

Com vista a responder às questões de partida formuladas, o primeiro estudo do DSC utilizou quatro técnicas e fontes de recolha de informação:

a. Recolha documental e estatística

Esta recolha de informação incidiu em documentos relevantes a nível local tais como relatórios de avaliação de projetos e planos municipais, a recolha de dados estatísticos provenientes de fontes nacionais (ex. INE, MJ/DGPJ, MTSSS, IEF, etc.) e locais (ex. CMC, ACES).

No que respeita aos dados estatísticos procurou-se informação de nível municipal, mas também de outras escalas territoriais que permitissem:

- a comparação entre freguesias dentro do concelho de Cascais;
- o posicionamento do concelho de Cascais face à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e ao País;
- o posicionamento do concelho face a outros municípios que, pelas suas características demográficas e socioeconómicas, podem ser comparados com Cascais. Para este efeito foram selecionados os municípios de Oeiras, Sintra, Almada e Loures.

b. Inquérito à população

Esta técnica consistiu num Inquérito telefónico a uma amostra representativa da população de Cascais⁴, que abrangeu 450 municípios de acordo com a seguinte distribuição:

⁴ Margem de erro de 5% e um grau de significância de 95%

Tabela 1 - Amostra Estratificada do Inquérito Telefónico aos Municípios

Fonte: CEDRU

Unidade Territorial	Variável População Freguesia	Variável Género		Variável Grupo Etário (anos)				
		F	M	18-24	25-39	40-64	65-79	≥80
Alcabideche	104	55	49	12	15	33	35	9
Carcavelos e Paredes	89	49	40	10	10	21	36	12
Cascais e Estoril	131	77	54	15	16	33	47	20
S. Domingos de Rana	126	72	54	13	15	40	46	12
TOTAL	450	253	197	50	56	127	164	53

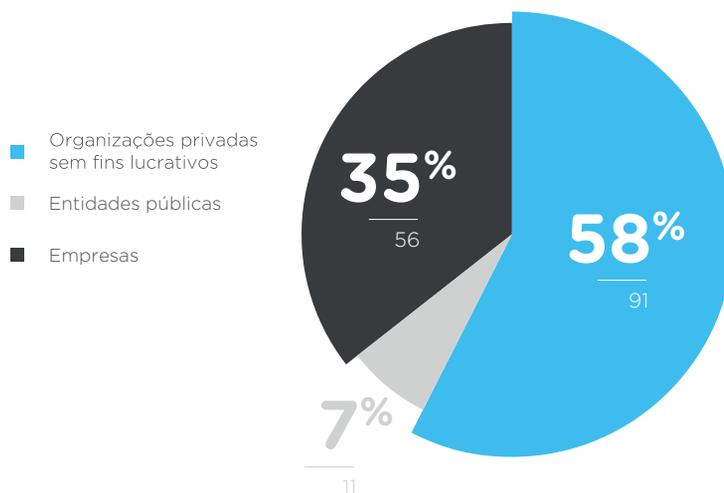
Unidade Territorial	Variável Nacionalidade					
	Portuguesa	UE 27	Resto Europa	PALOP	Brasil	Restantes
Alcabideche	97	1	1	2	4	0
Carcavelos e Paredes	79	2	1	2	3	1
Cascais e Estoril	117	4	1	3	5	1
S. Domingos de Rana	118	1	1	4	2	0
TOTAL	411	8	4	11	14	2

c. Inquérito às organizações locais

Esta técnica consistiu num inquérito *online* a 339 organizações locais cuja taxa de resposta foi de 46%, tendo resultado numa amostra de 157 respostas, distribuídas pela seguinte tipologia de organizações:

Tipologia dos atores locais inquiridos (N e %)

CEDRU



d. Focus group

Com vista à recolha de informação de natureza qualitativa, foram realizados 8 *focus group* que abrangeram 105 profissionais e munícipes de acordo com a seguinte distribuição:

14	Jovens de diversos estratos socioeconómicos	16	Pessoas com deficiência residentes no concelho
12	Homens adultos de variadas origens étnicas e nacionalidades residentes no concelho	13	Pessoas idosas de variadas origens étnicas e nacionalidades residentes no concelho
11	Mulheres adultas de variadas origens étnicas e nacionalidades residentes no concelho	11	Representantes e intervenientes do setor cultural concelho
12	Adultos/as de nacionalidade portuguesa residentes no concelho	16	Membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, professores/as e outros agentes relevantes do sistema educativo concelho

B. Carta Social

A Carta Social é um instrumento de diagnóstico e planeamento que caracteriza a rede de serviços e equipamentos sociais do Concelho e propõe uma programação orientadora da ação do município e da Rede Social, num horizonte temporal de curto e médio prazo.

A Carta Social desenvolvida no âmbito do presente Diagnóstico Social de Cascais, não se cingiu à caracterização da oferta social existente. Procurou também compreender outras dinâmicas associadas ao setor, tais como o mercado social de emprego, o voluntariado, o financiamento e sustentabilidade das organizações, as características dos utentes e as dinâmicas de envolvimento e participação dos utentes nas respostas e serviços sociais.

Para além disso adotou-se um entendimento de “resposta social” que extravasa as tipologias identificadas (e financiadas) pela Segurança Social, tendo a presente Carta Social incluído respostas e serviços que foram surgindo na última década no Concelho, fruto da flexibilidade adaptativa do tecido organizacional às necessidades sociais e demográficas emergentes (ex. academias sénior, gabinetes de apoio ao endividamento, serviços de apoio a imigrantes, etc.).

Da mesma forma, foram incluídas respostas que não são exclusivas da área social, sendo caracterizadas por uma interseção, nomeadamente entre a área social e o emprego (ex. gabinetes de apoio ao emprego; formação profissional para pessoas com deficiência), entre a área social e educativa (ex. Centro de Recursos para a Inclusão, Transporte Escolar Adaptado/Acompanhado) e entre a área social e a saúde (ex. Comunidade Terapêutica e Equipas de Intervenção Direta e Centros de Dia para pessoas com comportamentos aditivos).

Foram assim identificados 11 domínios de intervenção e 51 tipos de serviços e respostas sociais (anexo 1).

Procedeu-se, posteriormente, ao desenho dos inquéritos:

- Um inquérito de caracterização das entidades que prestam respostas sociais;

- Um inquérito de caracterização dos equipamentos onde funcionam essas respostas;
- Cinquenta e uma versões de inquéritos adaptadas às especificidades de cada tipo resposta social.

Paralelamente, procedeu-se à identificação das organizações (públicas e privadas) que, no concelho de Cascais, prestam respostas e serviços sociais enquadradas nas tipologias definidas. Procurando acautelar que nenhuma destas entidades ficasse excluída de um processo que se pretende universal à escala concelhia, recorreu-se a múltiplas fontes de informação, seu confronto e validação. Destaca-se, neste processo, a utilização da Carta Social anterior (2005), a informação disponível *online* do Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; as bases de dados da Câmara Municipal de Cascais; e, de forma, complementar, pesquisas *online* sobre prestadores de respostas sociais em Cascais.

Delimitado o universo, os inquéritos foram aplicados através de uma plataforma digital e posteriormente, em função das não respostas, de forma telefónica ou presencial. Foram assim recenseadas:

- 197 Entidades (17 públicas, 100 privadas sem fins lucrativos e 80 privadas com fins lucrativos)
- 313 Equipamentos
- 520 Serviços e respostas sociais.

No que se refere à componente de programação da Carta Social, para além dos dados do recenseamento efetuado, foram utilizados outros instrumentos de planeamento setorial (Revisão da Carta Educativa) e ordenamento territorial (Revisão do Plano Diretor Municipal) e assumiu-se como referência o ano de 2030, no exercício de estimativas demográficas, no desenho dos critérios de programação e na definição das ações estruturantes a realizar.

As projeções demográficas - onde se procede à definição dos vários cenários alternativos de evolução populacional do concelho de Cascais (e respetivas freguesias) e dos seus subgrupos (população-alvo, por tipologia de equipamento) para o ano 2030 - servem de suporte a uma análise prospetiva

da rede de equipamentos sociais que acompanha e responde à evolução sociodemográfica do Concelho, até esse horizonte temporal.

A programação da Carta Social integra um plano de intervenção (onde se define a arquitetura estratégica da proposta de programação da rede de equipamentos sociais, bem como medidas de operacionalização) suportado em cinco princípios:

- A espacialização dos equipamentos deve contribuir para o **reforço e coesão do sistema urbano local**, permitindo um desenvolvimento territorial policêntrico, sustentável e capaz de aumentar eficiência energética;
- A oferta de equipamentos deve assegurar um **quadro de vida local de qualidade**, procurando assegurar-se que as ofertas dirigidas a grupos sociais com menor mobilidade, como os idosos e as crianças, possa ser assegurada na sua área de residência, valorizando-se um quadro de vida de proximidade;
- A oferta de equipamentos deve assegurar uma **resposta eficiente** que permita obter a melhor qualidade de serviços para as populações com o menor volume de investimento, evitando-se redundâncias desnecessárias na oferta, e procurando-se valorizar as estruturas, as competências e as instituições instaladas;
- A oferta de equipamentos deve assegurar a **equidade no acesso aos equipamentos públicos**, dispondo de um dimensionamento e de uma espacialização que possibilite a todos os utentes a igualdade de oportunidades no acesso;
- A oferta de equipamentos deve contemplar **a sustentabilidade dos equipamentos e dos serviços e respostas**, questão cada vez mais pertinente quer em termos económicos, quer na estabilidade e na durabilidade dos serviços assegurados à população.

C. Análise da Rede de Atores: Organização, Funcionamento e Contributos

Este estudo foca-se no “tronco” da árvore, ou seja, a análise da atuação e eficácia dos atores que integram a Rede Social e o seu contributo para a coesão social e bem-estar de todos, designadamente através da ideia de responsabilidade partilhada.

A análise da rede de atores foi desenvolvida a partir de três enfoques:

- Caracterização dos atores sociais que integram a Rede Social e conhecimento da ação que implementam;
- Caracterização e análise das redes de parceria que integram a Rede Social
- Avaliação aprofundada da ação dos atores sociais da Rede Social para a coesão social

Na caracterização dos atores sociais pretendeu-se conhecer a dimensão e organização de cada entidade, a cobertura da ação relativamente às áreas de vida e aos grupos de análise, a sustentabilidade financeira e os mecanismos de qualificação e de inovação.

Relativamente ao conjunto de redes de parceria que integram a Rede Social pretendeu-se conhecer para cada rede: as práticas de funcionamento em parceria, a sua coerência, dinamismo, pertinência territorial, diversidade de áreas de atuação e capacidade de qualificação e inovação.

Por último, a avaliação aprofundada do contributo da ação dos atores sociais da Rede Social para a coesão social, foi efetuada através da avaliação de impacto em 30 intervenções/respostas sociais. Os estudos de caso pretenderam:

- Avaliar o contributo dos processos de implementação para o bem estar de todos os beneficiários (equidade, dignidade, autonomia e participação);

- Avaliar os impactos nas diversas áreas de ação pública e em cada grupo de análise;
- Avaliar os impactos no bem estar de todos os beneficiários (equidade, dignidade, autonomia e participação);
- Avaliar os impactos no bem estar individual dos beneficiários (expectativas, perceções, valores, confiança, solidariedade);
- Identificar e compreender os fatores críticos de sucesso

Os estudos de casos são acompanhados pela produção de 12 relatos biográficos de munícipes que beneficiaram dessas respostas/intervenções, ilustrando, na primeira pessoa, os efeitos da ação nos seus percursos de vida.

Os resultados deste(s) estudo(s) estão ilustrados na publicação “ORGANIZAÇÕES E REDE SOCIAL”.

Workshops de reflexão coletiva

Ao longo deste estudo realizaram-se três *workshops* que visaram mobilizar os atores sociais da Rede Social para a co-produção de um conhecimento partilhado e uma visão mais global sobre a ação comum a implementar para o bem-estar de todos.

Workshops de Ignição

A realização de *workshops* de ignição, visou a mobilização dos atores sociais, a explicitação dos diferentes enfoques deste estudo e a adesão dos participantes para o processo de inquirição e recolha de informação. Neste *Workshop* participaram 24 organizações da Rede Social.

Workshop de reflexão sobre atores sociais



Após a recolha dos inquéritos de caracterização dos atores sociais realizou-se um *workshop* de devolução dos resultados e reflexão em torno dos pontos críticos evidenciados, permitindo uma melhor apropriação da informação e construção de uma visão partilhada entre os atores da Rede Social. Neste *workshop* participaram 29 organizações da Rede Social.

Workshop de reflexão sobre redes de parceria

Após a recolha dos inquéritos de caracterização e análise das redes de parceria realizou-se um *workshop* com os líderes das 26 redes de parceria que na altura compunham a Rede Social para apresentação e análise dos dados a partir de uma reflexão sobre respetivos modelos de governança. Neste *workshop* participaram 48 profissionais que lideram e/ou integram as várias redes de parceria da Rede Social.



As técnicas de recolha de informação

a. Inquéritos

Esta técnica consistiu na aplicação de 3 inquéritos *online* enviado a todas as organizações membros da Rede Social de Cascais, e que teve uma taxa de resposta de 88%, com 83

respostas: 61 entidades do terceiro setor, 21 entidades públicas e 1 entidade privada com fins lucrativos. Foram aplicados os seguintes Inquéritos:

- Inquérito de caracterização dos atores da Rede Social
- Inquérito de caracterização das parcerias de atores da Rede Social, na ótica do líder da parceria ou da entidade
- Inquérito de caracterização das intervenções

b. Entrevistas aos líderes das redes de parceria

Entrevistas realizadas aos líderes das 26 redes de parceria e que visou conhecer e compreender a dinâmica interna e externa de cada uma destas estruturas de governança local relativamente aos seguintes aspetos: constituição da rede, perfil organizacional, processos e instrumentos de planeamento, diagnóstico, tipo de atividades desenvolvidas, estratégia de comunicação, monitorização e avaliação, documentos e produtos, resultados e avaliação do funcionamento

c. Estudos de Caso

A avaliação do impacto da ação da Rede Social para a coesão social foi realizada a partir do estudo de caso de 30 respostas/intervenções existentes no concelho de Cascais (anexo 2). A escolha e seleção das 30 respostas/intervenções que foram objeto dos estudos de caso baseou-se numa distribuição equilibrada das ações por (i) áreas de vida, (ii) grupos de análise e (iii) distribuição territorial.

Para a avaliação de impacto das respostas/intervenções foi construído um sistema de indicadores, composto por 337 indicadores (62 indicadores meso e 275 indicadores micro), que visaram assegurar o alinhamento da avaliação de impacto com o conceito de Coesão Social.

Através deste sistema de indicadores, foi possível uma análise de pormenor sobre cada estudo de caso e uma análise agregadora de todas as respostas/intervenções em torno das dimensões de bem-estar: equidade no gozo dos direitos/não discriminação; dignidade e reconhecimento da diversidade; autonomia e desenvolvimento pessoal e participação e envolvimento.

Na produção dos estudos de caso foram utilizados como técnicas de recolha de informação: análise documental, entrevista aos responsáveis dos projetos, aplicação de inquéritos aos beneficiários de cada resposta/intervenção e a produção de relatos biográficos sobre os beneficiários de algumas das respostas/intervenções visando ilustrar na primeira pessoa o significado e importância da abordagem desenvolvida na vida de cada uma destas pessoas.

Os inquéritos aplicados a 870 beneficiários têm a seguinte estrutura:

- caracterização do beneficiário e do seu contexto
- motivações ou condições do acesso às respostas/intervenções
- avaliação da experiência/do processo de implementação das respostas/intervenções
- avaliação dos resultados alcançados (dimensões tangíveis)
- avaliação dos resultados alcançados (dimensões intangíveis): grau de satisfação para o bem estar individual

D. Estudo das perceções dos munícipes sobre bem-estar - metodologia SPIRAL

A metodologia SPIRAL (*Societal Progress Indicators and Responsibilities for All*) inscreve-se numa abordagem ascendente (*bottom-up*) que visa o progresso social, focado no bem-estar de todos e definido pela voz dos cidadãos.

Esta abordagem, consubstanciada num guia metodológico publicado pelo Conselho da Europa em 2010⁵, parte do pressuposto de que a coesão social e o progresso podem ser medidos com indicadores construídos a partir de critérios de bem-estar definidos pelos próprios cidadãos e que os avanços para o bem-estar de todos, inclusive das gerações futuras, são uma responsabilidade partilhada.

⁵ Conselho da Europa (2010)
- *Construire le progrès sociétal pour le bien-être de tous avec les citoyens et les communautés* -
Guide méthodologique.

A operacionalização da metodologia SPIRAL implica a alternância entre um ciclo de consulta e um ciclo de progresso do bem-estar, com várias fases em cada ciclo. Contudo, no âmbito do Diagnóstico Social de Cascais, foi apenas desenvolvida uma das fases do ciclo de consulta, nomeadamente a recolha e tratamento de informação dos critérios de bem-estar de grupos da população.

Esta fase concretiza-se a partir da realização de sessões com a população, organizada em grupos de 7 a 12 pessoas (grupos homogéneos representativos da malha social que se quer abordar, assegurando que os resultados obtidos sejam variados e demonstrativos da realidade em análise - território, temática, grupo-alvo).

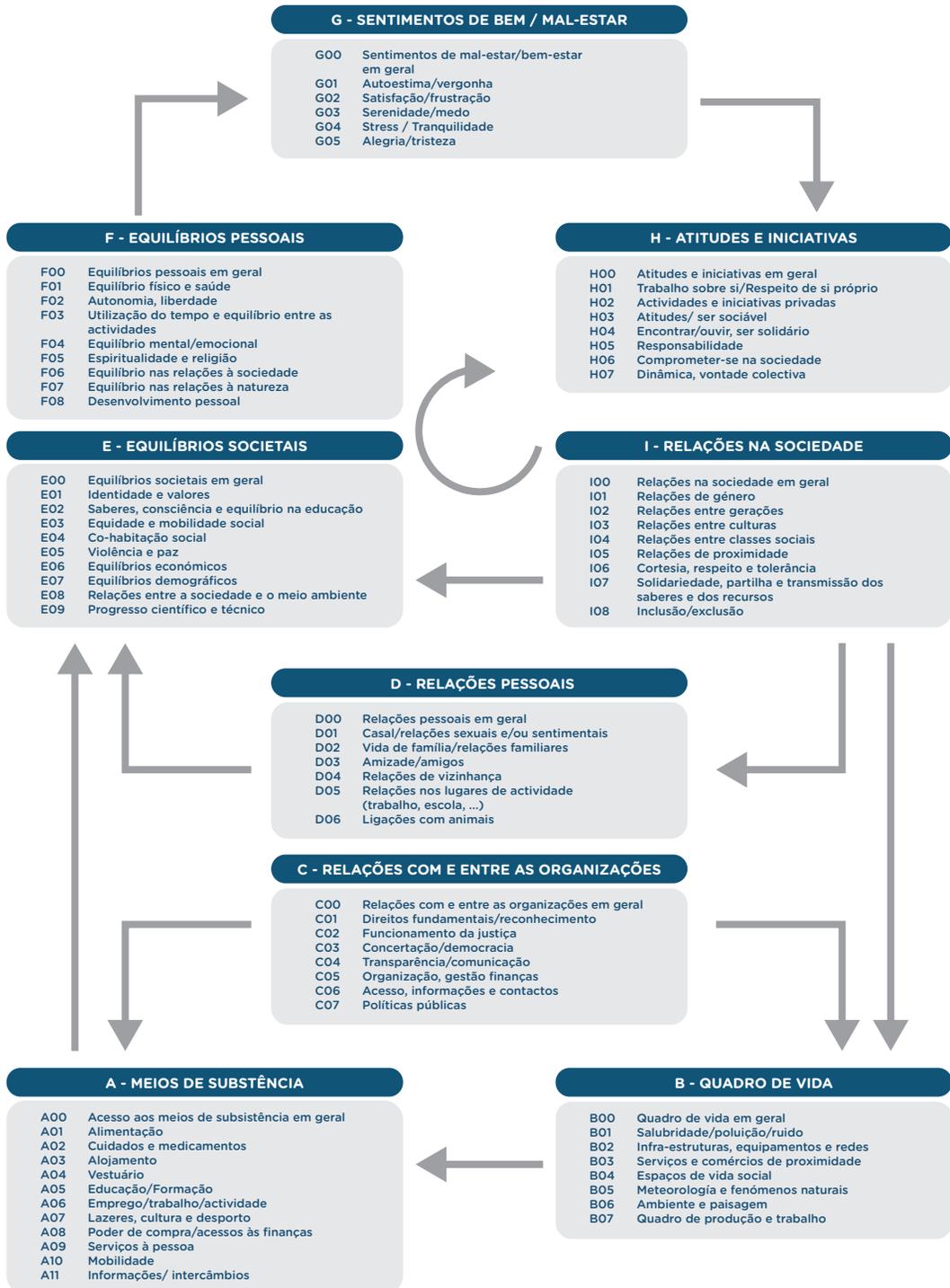
Em cada grupo, um/a facilitador/a coloca 3 questões que orientam o debate e a reflexão sobre o sentido do progresso pretendido, recorrendo a técnicas de visualização. As questões são:

- a. “O que é para mim o bem-estar?”
- b. “O que é para mim o mal-estar?”
- c. “O que faço ou posso fazer, como cidadão, para assegurar o meu bem-estar e o bem-estar de todos?”

Os participantes escrevem as respostas em papéis post-it, que são posteriormente agrupados por tema na parede e melhor explicados pelos participantes sempre que necessário.



As respostas recolhidas são classificadas em 77 componentes de bem-estar estruturadas em torno de 9 dimensões, de acordo com o seguinte esquema:



Os conteúdos dos post-it, após classificação, são inseridos num programa informático que traduz automaticamente a informação introduzida, permitindo visualizar a importância que o grupo ou conjunto de grupos dão aos vários domínios do bem-estar. É ainda possível analisar a importância dada a cada uma das componentes das várias dimensões do bem-estar para cada grupo de pessoas que se pretenda analisar (por território ou características pessoais – grupo etário, género, etc.), bem como efetuar comparações entre grupos.

Para efeitos do Diagnóstico Social de Cascais, a metodologia SPIRAL foi aplicada no âmbito da Rede Social, através dos serviços da Câmara Municipal e de um conjunto de 14 instituições que disponibilizaram profissionais para aplicação da metodologia, facilitaram o acesso aos seus utentes, disponibilizaram espaços e colaboraram ativamente na recolha e sistematização da informação sobre os critérios de bem-estar da população.

Sessão de formação SPIRAL com profissionais



Mais concretamente, a metodologia foi aplicada com a colaboração das seguintes entidades:

- Associação de Apoio Social Nossa Senhora das Neves
- Associação Social dos Idosos da Amoreira
- Cáritas Diocesana de Lisboa
- CERCICA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais

- Colégio do Amor de Deus
- CRID - Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Costa do Estoril
- Escola Salesiana de Manique
- Escola Secundária de Carcavelos
- Escola Secundária Ibn Mucana
- Escola Secundária Matilde Rosa Araújo
- Gaivotas da Torre
- Lares da Boa Vontade (Lares Cheshire)
- Rota Jovem

No total, foram constituídos 25 grupos homogéneos que envolveram um total de 200 munícipes, ilustrativos de quatro grupos populacionais (imigrantes, jovens, seniores e pessoas com Deficiência), tendo sido envolvidos 24 facilitadores das entidades supracitadas, aos quais foi dada formação específica durante 4 dias sobre a metodologia SPIRAL.

Pessoas abrangidas pela aplicação da metodologia SPIRAL no âmbito do DSC

	Total	Homens	Mulheres
Jovens	92	50	42
Seniores	45	20	25
Pessoas com deficiência	51	24	27
Imigrantes	12	8	4
TOTAL	200	102	98

Estas quatro grandes categorias correspondem às analisadas noutros estudos do DSC, decorrendo a escolha dos grupos do modelo de coesão social subjacente ao Diagnóstico. De modo a obter dados das mulheres como grupo e a permitir a sua comparação com os homens, foram constituídos grupos masculinos e femininos.

Para além da diversidade de género, a formação dos grupos procurou também ser ilustrativa de outras dimensões, tais como diferenças socioeconómicas, tipos de deficiência e nacionalidades. Relativamente às nacionalidades, para além de cidadãos brasileiros, procurou-se abranger também estrangeiros da UE mas as pessoas contactadas não aderiram ao processo.

Cada um dos 25 grupos era composto por 4 a 12 participantes, de acordo com a seguinte distribuição:

Jovens	Características	Nº de participantes	Idades	Sexo
Grupo 1	Alunas 10º ano, escola pública	7	14-17	F
Grupo 2	Alunas 10º ano, escola pública	11	14-17	M
Grupo 3	Alunos 11º ano, escola pública	11	16-19	M
Grupo 4	Alunas 12º ano, escola pública	8	16-19	F
Grupo 5	Alunos 12º ano, escola privada	12	16-19	M
Grupo 6	Alunas 12º ano, escola privada	11	16-17	F
Grupo 7	Raparigas abrangidas pelo Programa Escolhas	9	16-30	F
Grupo 8	Rapazes abrangidos pelo Programa Escolhas	9	19-29	M
Grupo 9	Raparigas associadas numa associação juvenil	7	17-26	F
Grupo 10	Rapazes associados numa associação juvenil	7	19-30	M

Seniores	Características	Nº de participantes	Idades	Sexo
Grupo 11	Utentes Academia Sénior	6	63-73	F
Grupo 12	Utentes Academia Sénior	10	55-95	Misto
Grupo 13	Utentes Centro de Convívio	12	68-91	M
Grupo 14	Utentes Centro de Convívio	10	57-86	F
Grupo 15	Voluntários de uma organização de Solidariedade Social	7	67-85	Misto

Pessoas com Deficiência	Características	Nº de participantes	Idades	Sexo
Grupo 16	Rapazes com deficiência intelectual, a frequentar Formação Profissional	4	17-19	M
Grupo 17	Raparigas com deficiência intelectual, a frequentar Formação Profissional	6	17-29	F
Grupo 18	Pessoas com deficiência intelectual, utentes de CAO	4	34-47	M
Grupo 19	Pessoas com deficiência intelectual, utentes de CAO	6	34-47	F
Grupo 20	Pessoas com deficiência intelectual, utentes de CAO	8	19-60	M
Grupo 21	Pessoas com deficiência intelectual, utentes de CAO	8	26-52	F
Grupo 22	Pessoas com deficiência motora, utentes de CAO	8	30-67	M
Grupo 23	Pessoas com deficiência motora, utentes de CAO	7	49-72	F

Imigrantes	Características	Nº de participantes	Idades	Sexo
Grupo 24	Cidadãos de nacionalidade brasileira	8	30-50	M
Grupo 25	Cidadãs de nacionalidade brasileira	4	31-49	F

Foram efetuadas 2 sessões com cada um dos grupos (à exceção de 2 grupos que não foi possível juntar novamente), num total de 48 sessões, tendo sido registados 2.117 critérios de bem-estar (post-it). Alguns destes critérios constam na brochura PESSOAS, na forma de citações.

Sessão realizada no Lar da Boa Vontade



Sessão realizada na Associação Rota Jovem



Sessão realizada no centro de Convívio da Amoreira



IV.

Anexos

Anexo 1

Lista de Respostas Sociais Recenseadas pela Carta Social

Domínios	Respostas Sociais
1. Infância e Juventude	Apartamento de Autonomização
	Campos de Férias
	Casas de Acolhimento
	CATL/ CAF - Centro de Atividades de Tempos Livres/ Componente de Apoio à Família
	Ludoteca-Ludobiblioteca
	Creche
	Creche Familiar
	CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar Parental
	Centro de Recursos para a Inclusão
	Intervenção Precoce
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Transporte Adaptado e Transporte Escolar Acompanhado
	2. Pessoas Idosas
Centro de Convívio/ Espaços Sénior e Respostas Similares	
Centro de Dia	
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	

Domínios	Respostas Sociais
3. Comunidade em Geral	Ajuda Alimentar
	Refeitório/ Cantina Social
	Apoio em Bens Materiais
	Atendimento e Acompanhamento Social
	Centro Comunitário/ Centro de Recursos
	Centro de acolhimento de Emergência Social
	Gabinete de Inserção Profissional
	Gabinete de Apoio no Endividamento
4. Pessoas Adultas com Deficiência	Grupo de Autoajuda
	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência
	CAO - Centro de Atividades Ocupacionais
	Formação Profissional
	Lar Residencial
5. Pessoas em Situação de Dependência	Transporte de Pessoas com Mobilidade Condicionada (Transporte Adaptado)
	Equipa de Cuidados Continuados Integrados
	Resposta para Cuidadores Informais
6. Pessoas com Doença do Foro Mental	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Dia
	Centro Residencial
	Fórum Sócio Ocupacional
	Lar para pessoas com Demência

Domínios	Respostas Sociais
7. Pessoas com VIH/SIDA	Centro de Atendimento/ Acompanhamento Psicossocial
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA
	Apartamento de Transição
8. Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias	Apartamento de Reinserção Social
	Centro de atendimento e Acompanhamento Psicossocial
	Comunidade Terapêutica
	Equipa de Intervenção Direta
	Grupo de Ajuda Mútua
	Centro de Dia
9. Pessoas Vítimas de Violência	Centro de Atendimento
	Apartamento de Transição
10. Pessoas Sem-Abrigo	Equipa de Intervenção Direta
	Apartamento de Transição
11. Imigrantes	Atendimento e Acompanhamento Social

Anexo 2

Estudo de Caso e Amostra de Análise

Fonte: CEDRU(2017)

#	Resposta / Intervenção	Promotor Principal	Amostra de Análise		História de Vida
			Características dos Inquiridos	Nº	
1	Gabinetes de Atendimento Social	CMC DIIS	Beneficiários acompanhados há pelo menos 3 meses e que não tenham deixado de ser acompanhados há mais de 1 ano.	180	x
2	Mercearia Social	Centro Paroquial do Estoril	Beneficiários acompanhados há pelo menos 3 meses e que não tenham deixado de ser acompanhados há mais de 1 ano.	30	x
3	Centros de Dia	Alzheimer Portugal	Representante da família do beneficiário	5	
4	Gab. Apoio Endividamento	ABLA	Beneficiários acompanhados há pelo menos 3 meses e que não tenham deixado de ser acompanhados há mais de 1 ano.	22	
	Gab. Apoio Endividamento	Associação REAGIR	Beneficiários acompanhados há pelo menos 3 meses e que não tenham deixado de ser acompanhados há mais de 1 ano.	9	
5	Apartamento de Autonomização Vulnerabilidade social/ Jovens em risco	Fundação "O Século"	Beneficiário atual	7	x
6	Transporte Adaptado	Corporações de Bombeiros (5) e CMC DIPS	Beneficiário atual	16	
7	Universidade/ Academia Sénior	Cruz Vermelha Portuguesa	Beneficiário atual	30	
	Universidade/ Academia Sénior	Assoc. Apoio Social N.º Sr.ª das Neves de Manique de Baixo	Beneficiário atual	29	x

#	Resposta / Intervenção	Promotor Principal	Amostra de Análise		História de Vida
			Características dos Inquiridos	Nº	
8	Vela Adaptada	Clube Naval de Cascais (entidade de gestão operacional)	Beneficiário atual	30	
9	Programa Creches Bolsas Sociais	CMC - DDES	Representante da família do beneficiário	30	
10	GAMA - Gabinete de Apoio Multidisciplinar ao Aluno	Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo	Beneficiário atual	30	
11	Educa	CMC DIIS	Beneficiário atual (jovens mediadores)	29	x
12	Recriar	Fundação A.J.U. - Jerónimo Usera	Representante da família do beneficiário	30	x
13	Hortas da Adroana	Cascais Ambiente	Beneficiário atual	31	x
14	PMHAS (Plano Municipal de Habitação Social)	CMC DIIS	Beneficiário atual (chefe de família)	30	x
15	Programa de alojamento à medida	Clube das Gaivotas da Torre	Beneficiário atual	11	
16	Auto-representantes	CERCICA	Beneficiário atual	8	
17	Programa de Literacia	CMC DIIS	Beneficiário atual	55	x
18	MISP (Mediadores interculturais para suporte aos serviços públicos)	CMC DIIS	Beneficiário atual (mediadores)	30	
19	Senhoras de Si/ Mutilação Genital	CMC DIIS	Beneficiária atual	4	
20	Programa de Ocupação de Jovens	CMC DPRE	Beneficiário (jovens que tenham concluído programa há mais de 6 meses)	23	
21	Seniores em Movimento	CMC - DDES, Juntas de Freguesia	Beneficiário atual	30	

#	Resposta / Intervenção	Promotor Principal	Amostra de Análise		História de Vida
			Características dos Inquiridos	Nº	
22	Escolinha de Rugby	SCMC/ Casa Grande da Galiza	Beneficiário atual	30	x
23	Formação Profissional	CERCICA	Beneficiário atual	30	x
24	Espaço Sénior	CCP Carcavelos	Beneficiário atual	30	
25	Gabinete Cuidar Melhor	Alzheimer Portugal	Beneficiário atual	17	x
26	Grupo de Ajuda Mútua para cuidadores e familiares (GAM)	CIC (Centro de Integração Comunitária) + ARIA (Associação de Reabilitação e Integração Ajuda)	Representante da família do beneficiário	22	
27	PROMove-te	ARIA (Associação de Reabilitação e Integração Ajuda)	Beneficiário	5	
28	Grupo de Pares	Associação Novamente	Beneficiário atual	6	
29	Salta	Fundação o Século	Beneficiário atual residente em Cascais	11	
30	Casa Jubileu	CCP Carcavelos	Beneficiários atuais e anteriores	20	

